

30 de Março de 2016

Deputada Bruna Furlan
Deputado Orlando Silva
Câmara dos Deputados, Comitê de Legislação Imigratória
Brasília
Brasil.

Prezados Deputada Furlan, Deputado Silva,

PL 2516/15 (Estabelecimento da Legislação Imigratória)

Proposta para permitir que dependentes trabalhem

Em nome da Permits Foundation, buscamos o apoio de vocês para a inclusão de uma emenda ao PL 2516/15, a fim de permitir que dependentes de portadores de visto temporário de trabalho possam trabalhar como empregados ou como autônomos durante sua estada no Brasil. Este propósito poderia ser alcançado através da adição de uma simples cláusula, por exemplo, no artigo 3º e/ou 14 do PL, conforme segue:

“O dependente, incluindo cônjuge e parceiro, independente de seu gênero, do portador de visto temporário de trabalho, está autorizado a trabalhar como empregado ou como autônomo no Brasil, pelo mesmo prazo do visto do titular do visto.”

Quando funcionários altamente qualificados são realocados internacionalmente, a questão referente à possibilidade do parceiro poder trabalhar no país de acolhimento é geralmente um dos maiores fatores que pesam na decisão de aceitar ou não a oferta de trabalho. Se o parceiro não tem o direito de trabalhar, como é o caso no Brasil, isso se torna uma preocupação para as famílias e também para os empregadores, que veem esta situação como um obstáculo para atrair os talentos que eles precisam para preencher a escassez de habilidades e apoiar seus investimentos no Brasil.

A título de comparação internacional, 30 outros países permitem que dependentes trabalhem, como parte de uma moderna abordagem da gestão imigratória, e este número continua a crescer. Famílias Brasileiras no exterior se beneficiam destas normas. Se o Brasil também adotar esta prática internacional, se tornará mais atrativa para os talentos globais, que andam de mãos dadas com o investimento internacional e desenvolvimento, que ajudam no crescimento da economia. Isso gera um “ganho triplo”, que é benéfico para as famílias, para os empregadores e para o Brasil.



A Permits Foundation é uma organização sem fins lucrativos, que faz campanha para a concessão de autorização de trabalho para dependentes ao redor do mundo. Mais de 40 grandes empresas multinacionais e organizações do setor público apoiam a Permits Foundation, que é independente e não visa lucro.

Nós anexamos mais detalhes sobre os benefícios de fazer esta alteração. Nosso Advogado Brasileiro, Eduardo Depassier, do escritório Loeser e Portela Advogados, terá prazer em discutir a proposta com vocês e fornecer qualquer informação adicional necessária.

Atenciosamente,

K. van der Wilk.

Kathleen van der Wilk-Carlton

Diretora da Permits Foundation

pp. Bibiana V. P. Peres
Eduardo Depassier

Loeser e Portela Advogados

Advogado da Permits Foundation

Bibiana V. P. Peres

Bibiana Valadares V. P. Peres

Loeser e Portela Advogados

Adv. Colaboradora Permits Foundation

RAZÕES ADICIONAIS PARA PERMITIR QUE DEPENDENTES DE VISTO TEMPORÁRIO DE TRABALHO TRABALHEM

UMA PEQUENA, MAS IMPORTANTE MUDANÇA QUE É CONSISTENTE COM O OBJETIVO DE TRATAMENTO EGUALITÁRIO EM RELAÇÃO A CIDADÃOS BRASILEIROS NO PL 2516/15

- De acordo com a RN 99/12, dependentes de portadores de Visto Temporário de Trabalho podem solicitar um visto próprio de trabalho se receberem uma proposta de emprego. Este processo, contudo, leva muito tempo (de 30 a 45 dias) e exige que o cônjuge retorne ao país de origem e desista de seu visto de dependente, apesar de já possuírem residência legal.
- O Brasil já permite que dependentes de portadores de Visto Permanente de Trabalho trabalhem, incluindo administradores de empresas, cônjuges de cidadãos Brasileiros e pais de crianças nascidas no Brasil. Cidadãos do Mercosul e seus dependentes, independentemente de nacionalidade, também podem trabalhar. Assim, estamos buscando uma simples extensão desta prática a um grupo relativamente pequeno.
- Tratamento justo e igualitário é um dos objetivos principais do PL 2516/15.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

- Permitir que parceiros trabalhem promove a igualdade de oportunidades.
- Nossa pesquisa mostra que a maioria dos parceiros que trabalham acha que isso exerce um impacto positivo em sua saúde e bem-estar, nos relacionamentos familiares e na habilidade de se adaptar mais rapidamente e se integrar à sociedade local.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

- Dependentes (principalmente parceiros) que trabalham contribuirão para a economia e para o crescimento da mesma, por meio das habilidades que trazem, do pagamento de impostos e pelos gastos que terão com produtos e serviços.

PARCEIROS TAMBÉM SÃO ALTAMENTE QUALIFICADOS E POSSUEM HABILIDADES COMPLEMENTARES

- Parceiros de profissionais altamente qualificados, temporariamente transferidos, também possuem alto grau de educação. De acordo com nossa pesquisa, de 3.300 parceiros e cônjuges, 36% tinham grau de Bacharel, 40% grau de mestrado e 6% grau de doutorado.
- Parceiros geralmente trazem habilidades que são complementares à força de trabalho local. Eles costumam procurar emprego temporário, de meio-período ou trabalhar como autônomos, de modo que o trabalho se adeque a seu estilo de vida, sem qualquer impacto negativo de longo prazo no mercado de trabalho.

NENHUM IMPACTO ADVERSO NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

- O número de vistos temporários de trabalho é relativamente pequeno, menos de um por cento da força de trabalho, com base na média global de funcionários internacionais.
- Somente 50-65% dos funcionários internacionais são acompanhados pela família.
- Nossa pesquisa com 3.300 parceiros acompanhantes indica que 84% gostariam de trabalhar como empregados ou como autônomo. Uma estimativa mais global, baseada em taxas de empregabilidade feminina em diversos países de origem (uma vez que a maioria dos parceiros de expatriados são mulheres) sugere uma porcentagem menor, por volta de 50-55% de parceiras em grupos de todas as idades.
- Ao todo, estes números indicam que o número de parceiros que querem trabalhar é extremamente pequeno, menos de um por cento de toda a força de trabalho.

- Considerados conjuntamente, estes dados indicam que o número de parceiros que querem trabalhar é extremamente pequeno, menos de um por cento da mão de obra total.
- Conceder aos parceiros o direito de trabalhar não garante um emprego. Eles têm que competir com cidadãos que falam a língua, conhecem a cultura e possuem qualificações localmente reconhecidas. Se o melhor candidato para a vaga for o parceiro de um expatriado, isso trará benefícios para a empresa e para a economia local.

PAÍSES QUE PERMITEM QUE PARCEIROS TRABALHEM SÃO DESTINOS ATRATIVOS PARA FUNCIONÁRIOS QUALIFICADOS

(Fonte: Pesquisas globais da Permits Foundation, 2008, 2012 and 2015.)

- 96% dos parceiros acompanhantes dizem que países que os permitem trabalhar são destinos mais atrativos.
- Quase 60% dos parceiros dizem que seria improvável, no futuro, eles se mudarem para um país onde é difícil conseguir um visto de trabalho.